

À

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Sr. Wanderson Martins Gomes

ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Em cumprimento a autorização do (a) Ordenador (a) da Despesa delegado através do Decreto nº 10.052/24, o Sr.(a) Secretário (a) Municipal de **Desenvolvimento Social** de Vespasiano, Sr. **André Luciano Vieira Costa**, conforme DFD nº **SMDS nº 290/2026, de 02/09/2026**, determino com base no **art. 75, II, da Lei nº 14.133**, a abertura de Processo de Dispensa de Licitação tendo como Objeto: **AQUISIÇÃO DE CHIPS DE TELEFONE CELULAR PARA 12 MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR MUNICIPAL CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.**

JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO (Art. 72, I)

A aquisição foi justificada para assegurar a pronta comunicação dos membros no exercício das funções e atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar em socorro aos necessitados da infância e juventude em estado de vulnerabilidade social.

ESTIMATIVA DO PREÇO (Art. 72, II e VII)

O preço de aquisição decorre de cotação realizada no mercado conforme dispõe Decreto Municipal nº 9.989/23 e a escolha do preço de contratação de **R\$8.625,60** decorre da apuração menor cotação e melhor proposta, conforme ETP e comprovantes anexos.

EXIGIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 72, IV)

Secretaria Municipal de Fazenda é responsável pela informação da dotação orçamentária e sua compatibilidade com LDO e PPA.

DOCUMENTAÇÃO LEGAL (Art. 72, V)

Solicitar da Contratada, Contrato Social, CNPJ, CND Federal, Estadual e do Município, CND Trabalhista, Declarações de cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da CF e Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos.

ESCOLHA DO FORNECEDOR (Art. 72, VI)

A escolha do fornecedor foi realizada em razão da menor cotação e melhor proposta conforme ETP.

ENQUADRAMENTO LEGAL

Considerando que a aquisição decorre de serviços de aquisição de teste psicológico em candidatos eleitos para suplência do Conselho Tutelar conforme termo de referência anexo e o valor orçado está abaixo do mínimo licitável (**R\$65.492,11- Decreto nº 12.807/2025**), penso que o caso se enquadra na previsão do art. 75, II, da Lei 14.133/21, Decreto Municipal nº 9.991/23, podendo o item ser adquirido por processo de dispensa de licitação, devendo ser publicado no Sítio Eletrônico Oficial do Município a Manifestação de Interesse de Compra a que se refere o §3º, do art. 75 da Lei 14.133/21.

PUBLICAÇÕES LEGAIS (§ único, art. 72)

Anexar cópia da publicação no Sítio Eletrônico Oficial do Município, em jornal ou certidão certificando a afixação tempestiva do mesmo no quadro de avisos da Prefeitura, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas -PNCP a que se refere o § único art. 72 e art. 94 da Lei 14.133/21.

Quando se tratar de aquisições com recursos federais utilizar obrigatoriamente a **DISPENSA ELETRÔNICA** conforme Decreto nº 10.024/2019, ou justificar a impossibilidade do procedimento.

Vespasiano, 14 de setembro de 2026.



CORRESPONDÊNCIA INTERNA	290/2026	02/09/2026
DE: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	PARA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	

Prezado Secretário,

Por meio da presente, solicitamos, em caráter de **URGÊNCIA**, a adoção das providências administrativas necessárias à contratação direta, mediante dispensa de licitação, de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia móvel, destinados ao atendimento das necessidades do Conselho Tutelar Municipal, nos termos da legislação vigente.

A presente contratação reveste-se de caráter essencial e urgente, tendo em vista que os serviços de telefonia móvel constituem ferramenta indispensável ao pleno exercício das atribuições do Conselho Tutelar, especialmente para o atendimento de situações que demandam comunicação imediata, acionamento de órgãos competentes e articulação com a rede de proteção à criança e ao adolescente.

O serviço de telefonia móvel é utilizado para comunicação institucional com a Administração Pública, autoridades judiciais e policiais, Ministério Público, serviços de saúde, assistência social, educação e demais órgãos e entidades integrantes da rede de proteção, bem como para o atendimento e acompanhamento das demandas envolvendo crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

Ressalta-se que eventual interrupção ou indisponibilidade dos serviços de telefonia poderá comprometer a comunicação institucional e a capacidade de resposta imediata do Conselho Tutelar, ocasionando prejuízos à continuidade e à efetividade dos atendimentos prestados à população, especialmente em situações de risco, ameaça ou violação de direitos que exijam providências imediatas.

Nesse contexto, mostra-se necessária a adoção de medidas administrativas céleres destinadas a assegurar a continuidade do serviço de telefonia móvel, evitando-se a interrupção das comunicações indispensáveis ao funcionamento do Conselho Tutelar e ao desempenho de suas atribuições legais.

Diante da situação apresentada, solicita-se que seja analisada a possibilidade de contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso constatado o preenchimento dos requisitos legais para a caracterização da situação emergencial, devendo o processo ser devidamente instruído com os documentos, justificativas, estimativa de preços, demonstração da compatibilidade do preço contratado, comprovação dos requisitos de habilitação e demais elementos exigidos pela legislação aplicável.

A contratação deverá ficar limitada ao período e às condições estritamente necessários ao atendimento da situação emergencial, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento e economicidade, bem como as demais disposições da Lei nº 14.133/2021

Dessa forma, considerando a essencialidade dos serviços para o regular funcionamento do Conselho Tutelar e a necessidade de evitar a descontinuidade das comunicações indispensáveis à proteção integral de crianças e adolescentes, solicitamos a máxima brevidade na análise e instrução do processo de contratação direta, com a adoção das providências necessárias ao seu regular prosseguimento.

TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO**

Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia móvel, destinados ao atendimento das necessidades do Conselho Tutelar Municipal, proporcionando meios adequados de comunicação institucional com a Administração Pública, autoridades judiciais e policiais, Ministério Público, bem como com os demais órgãos e entidades integrantes da rede de proteção à criança e ao adolescente.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar a disponibilidade contínua, regular e eficiente de serviços de telefonia móvel destinados ao atendimento das demandas do Conselho Tutelar Municipal, garantindo meios adequados de comunicação institucional para o desempenho de suas atribuições legais e para o atendimento das situações que envolvam crianças e adolescentes.

2.2. O serviço de telefonia móvel constitui ferramenta indispensável ao funcionamento do Conselho Tutelar, considerando a natureza contínua e, muitas vezes, emergencial de suas atividades. A disponibilização de linha telefônica móvel permite a comunicação ágil e permanente entre os conselheiros tutelares, a Administração Pública, autoridades judiciais e policiais, Ministério Público, serviços de saúde, educação, assistência social e demais órgãos e entidades integrantes da rede de proteção à criança e ao adolescente.

2.3. A contratação mostra-se necessária, ainda, em razão da necessidade de garantir canais de comunicação acessíveis à população, possibilitando o recebimento de denúncias, solicitações, informações e comunicações relacionadas a situações de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes, especialmente aquelas que demandem atuação imediata do Conselho Tutelar.

2.4. A indisponibilidade ou interrupção dos serviços de telefonia móvel poderá comprometer a comunicação institucional e a capacidade de resposta do Conselho Tutelar, ocasionando atrasos no acionamento dos órgãos competentes, na adoção de providências e no atendimento de situações que exijam intervenção célere, podendo, consequentemente, prejudicar a efetividade das medidas de proteção destinadas às crianças e aos adolescentes.

2.5. A contratação está alinhada às atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990), especialmente quanto à atuação na defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente e à articulação com os demais órgãos e entidades responsáveis pela proteção integral. Nesse contexto, a existência de meios adequados e permanentes de comunicação constitui condição necessária para o regular desempenho de suas funções.

2.6. A presente contratação também encontra fundamento nos princípios e diretrizes da proteção integral e da prioridade absoluta asseguradas pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como na necessidade de garantir o funcionamento adequado e ininterrupto dos serviços públicos destinados à proteção e à garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

2.7. No âmbito administrativo, a contratação deverá observar as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, interesse público, continuidade dos serviços públicos e adequada utilização dos recursos públicos, buscando-se a contratação de solução compatível com as necessidades do Conselho Tutelar e com as condições estabelecidas pela Administração Municipal.

2.8. Dessa forma, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia móvel mostra-se necessária e adequada para assegurar a continuidade das atividades do Conselho Tutelar Municipal, proporcionando comunicação eficiente, célere e confiável com a população e com os órgãos que integram a rede de proteção, contribuindo para a efetividade das ações de proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

3. MOTIVAÇÃO

3.1. A presente contratação decorre da necessidade permanente de assegurar meios adequados, contínuos e eficientes de comunicação para o regular funcionamento do Conselho Tutelar Municipal, considerando a natureza essencial de suas atribuições e a necessidade de atuação célere diante de situações que envolvam ameaça ou violação dos direitos de crianças e adolescentes.

3.2. Em razão da natureza das atividades desenvolvidas pelo Conselho Tutelar, que envolvem atendimento à população, recebimento de denúncias e solicitações, acompanhamento de casos, realização de encaminhamentos e articulação permanente com os órgãos integrantes da rede de proteção, torna-se indispensável a disponibilização de serviço de telefonia móvel que possibilite comunicação rápida e eficaz, inclusive para o acionamento de autoridades e serviços públicos quando necessário.

3.3. A motivação da contratação fundamenta-se, ainda, na necessidade de garantir um canal de comunicação institucional acessível e funcional entre o Conselho Tutelar, a Administração Pública, o Poder Judiciário, o Ministério Público, as autoridades policiais, os serviços de saúde, educação, assistência social e demais órgãos e entidades envolvidos na proteção integral da criança e do adolescente. A eventual indisponibilidade do serviço poderá comprometer a comunicação e a adoção tempestiva das providências necessárias ao atendimento das demandas recebidas pelo Conselho Tutelar.

3.4. Ressalta-se que a contratação pretendida contribuirá para assegurar a continuidade e a eficiência das atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, proporcionando melhores condições para o exercício de suas atribuições legais.

e para a articulação interinstitucional necessária à efetivação das medidas de proteção. Dessa forma, o serviço de telefonia móvel constitui recurso essencial para garantir agilidade, acessibilidade e efetividade na comunicação e no atendimento das demandas relacionadas à proteção dos direitos da criança e do adolescente.

3.5. A contratação mostra-se, portanto, necessária para garantir a continuidade dos serviços prestados pelo Conselho Tutelar Municipal, em observância aos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta assegurados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990), bem como aos princípios da eficiência, interesse público, continuidade dos serviços públicos e planejamento que norteiam as contratações realizadas pela Administração Pública.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	Unid.	Qtde.	Meses	Valor Mensal	Valor Total
01	Ligações ilimitadas + 9GB INTERNET – Prestação de serviço de telefonia móvel para atender as necessidades do Conselho Tutelar Municipal.	Chip	12	12		

5. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS SERVIÇOS:

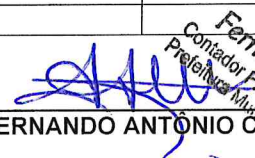
- Franquia de Dados: 9GB mensais para acesso à internet em redes 2G, 3G, 4G e 5G (sujeito a disponibilidade técnica e compatibilidade do equipamento).
- Ligações de Voz: ilimitadas para chamadas locais e longa distância nacional (LDN/DDD) para números fixos e móveis de qualquer operadora;
- Pacote de SMS: 60 disparos diários para números nacionais, destinados a comunicações de cunho pessoal.
- Modalidade: Controle, com faturamento mensal e data de vencimento a escolha do contratante.
- Habilitação e Ativação: Gratuita, com fornecimento do Simcard sem custos adicionais.
- Cobertura: Disponível em todo o território nacional, conforme viabilidade técnica e cobertura da rede.
- Ativação: Linhas disponíveis em até 24 horas após a contratação presencial ou após recebimento do Simcard (entrega em até 5 dias úteis para contratações não presenciais);
- Velocidade: Dependente da tecnologia disponível (5G, 4G, 3G ou 2G) e compatibilidade do equipamento.
- Chamadas em roaming nacional via outras operadoras serão tarifadas conforme valores da prestadora utilizada.

6. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- Realizar o serviço cumprindo todas as obrigações relacionadas ao objeto da prestação, nos termos e prazos estipulados, de acordo com o constante neste instrumento e na proposta da CONTRATADA, com observância de todas as leis, regulamentos e normas técnicas pertinentes.
- Dar início aos serviços na data definida na Ordem de Serviço emitida pelo Fiscal deste contrato.
- A entrega do objeto contratado deverá ser efetuada no endereço indicado na Ordem de Serviço, em uma das sedes da CONTRATANTE, e quaisquer dúvidas a respeito de sua execução poderão ser sanadas através do e-mail ou telefone informados pelo CONTRATANTE.
- É vedado à empresa Contratada a subcontratação total do objeto deste Contrato.
- É vedado à CONTRATADA promover qualquer utilização de dados pessoais, que obtenha em razão da execução dos serviços, não consentida ou fora dos limites do contrato, em conformidade ao que determina a Lei nº 13.709/2018.

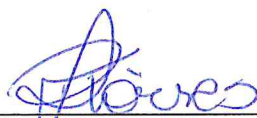
7. DOS RECURSOS FINANCEIROS

A despesa proveniente da dispensa de licitação tem dotação específica e suficiente, estando adequada orçamentária e financeiramente com a Lei Orçamentária Anual e compatível com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias.

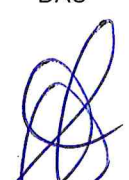
FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	ORGÃO SOLICITANTE
378		
FR. 1.500		
ASSINATURA DO(S) RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES – CONTABILIDADE – CONTADOR (ES) DA ÁREA	 FERNANDO ANTONIO COELHO Contador F.M.A.S. Prefeitura Municipal de Vespasiano RC 49.521/0	

Vespasiano, 02 de setembro de 2020

Confeccionado Por:


Rubia Danielle Fonseca Tôres
DAS

Aprovado por:


SECRETARIA M. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
ANDRÉ LUCIANO VIEIRA COSTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DECRETO EXECUTIVO Nº 10.480/2025 - MATRÍCULA Nº 40.809
Telefone: (31) 3621-1950 - 2938 e-mail: smds@vespasiano.mg.gov.br
Governar e humanizar
Nossa gente, nossa força
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PREFEITURA DE VESPASIANO


Comprova
6
Vespasiano

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD
NÚMERO:154 ANO: 2026

ÁREA REQUISITANTE

1- INFORMAÇÕES GERAIS

1.1- Data prevista para conclusão do processo:

Descrição sucinta do objeto: Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia móvel, destinados ao atendimento das necessidades do Conselho Tutelar Municipal, proporcionando meios adequados de comunicação institucional com a Administração Pública, autoridades judiciais e policiais, Ministério Público, bem como com os demais órgãos e entidades integrantes da rede de proteção à criança e ao adolescente.

1.2- Grau de prioridade da compra ou da contratação: ALTA

2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Justificativa da necessidade da contratação: A contratação dos serviços de telefonia móvel é essencial para garantir o adequado funcionamento e a continuidade das atividades do Conselho Tutelar Municipal, proporcionando meios eficientes e apropriados de comunicação institucional com a Administração Pública, autoridades judiciais e policiais, Ministério Público, bem como com os demais órgãos e entidades integrantes da rede de proteção à criança e ao adolescente.

A contratação visa assegurar a disponibilidade contínua de meios de comunicação, possibilitando o atendimento célere das demandas, o acionamento dos serviços e órgãos competentes e a articulação necessária à proteção integral dos direitos da criança e do adolescente, contribuindo para a efetividade das ações desenvolvidas pelo Conselho Tutelar.

2.1- Indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda: Não há vinculação com outro DFD.

3- MATERIAIS/SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNID.	QUANTIDADE
01	Ligações ilimitadas + 9GB INTERNET – Prestação de serviço de telefonia móvel para atender as necessidades do Conselho Tutelar Municipal.	CHIP	12

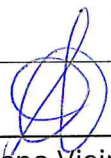
4- IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

Área Requirante (Unidade/Setor/Depto): SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Responsável(eis) pela demanda:

Nome: ANDRÉ LUCIANO VIEIRA COSTA

Cargo/Função: SECRETÁRIO MUNICIPAL



André Luciano Vieira Costa
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social



Rúbia Danielle Fonseca Tôres
Direção e Assessoramento
Responsável pelo recebimento e cálculo de quantitativo anual







PREFEITURA MUNICIPAL DE VESPASIANO

AV. PREFEITO SEBASTIÃO FERNANDES, 479 - CENTRO - FONE (31) 3621-1000 - FAX: (31) 3621-2560

CEP: 33.200-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA DE REALIZAÇÃO DA DISPENSA

PROCESSO LICITATÓRIO	N.º	086/2026	DISPENSA	N.º	017/2026
OBJETO	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia móvel, destinada ao Conselho Tutelar Municipal, conforme especificações detalhadas e justificativas em anexos nos autos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.				
DATA DA SESSÃO PÚBLICA	22/09/2026 09:30:00				
AGENTE DE CONTRATAÇÃO	CLEONICE DOS SANTOS COSTA				

Aos **22/09/2026 09:44:00**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Vespasiano - MG, situada na Av. Prefeito Sebastião Fernandes n.º 479, B. Centro, a AGENTE DE CONTRATAÇÃO deste Órgão, designada pela Portaria n.º **073/2024**, publicada em **18/09/2026**, para realizar os procedimentos relativos a Sessão Pública da Dispensa n.º **017/2026**, regido pela Lei Federal, Decreto Municipal n.º 4.084 de 02/01/2007, Lei Federal n.º 14.133/2021.demaís condições estabelecidas na referida Dispensa.

Inicialmente, de acordo com as disposições contidas no Termo de referência a agente de contratação abriu a sessão pública para receber as propostas e realizar análise de menor valor apresentado que atenda a demanda.

As propostas ofertadas e recebidas, conforme anexada nos autos, são das seguintes empresas **JCA TECNOLOGIA E TELECOM LTDA, COMPANHIA ITABIRANA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CLARO S.A, DESCNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**

Após o recebimento de todas propostas conforme data prevista na publicação, foi constatado que a proposta com menor valor e atendimento ao termo de referência, respeitando a devida pesquisa de mercado foi a empresa **DESCNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, que se consagrou apta ao contrato.

Nada mais havendo a relatar, encerrou-se o devido procedimento 13:23 horas, sendo **assinado e publicado**.

Cleonice dos Santos Costa
CLEONICE DOS SANTOS COSTA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VESPASIANO

Comissão de Licitação

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO 086/2026 – DISPENSA 017/2026 – RATIFICAÇÃO –

Ratifico o processo a empresa DESCNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA, no valor de R\$ 5.585,76, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia móvel, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA LIMA,

Secretário de Administração

Publicado por:
Cleonice Dos Santos Costa
Código Identificador:F33309C3

Publicada em	28/09/2026
Diário	Diário Oficial dos Municípios Mineiros
Edição	4369
Código identificador	F33309C3

A autenticidade desta matéria pode ser conferida informando o código identificador em
<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>